



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Política social e estratégias de desenvolvimento.

Financeirização da economia e monetarização dos direitos sociais

Bruna Cabral da Silva Côrtes Moreira¹
Carolina Joannes Rabelo²
Giselle Nunes Florentino³

Resumo: A inserção brasileira na plataforma internacional de valorização financeira deu-se a partir dos anos 1990 por meio dos processos de liberalização comercial e financeira e a abertura internacional de forma desregulada. Tal processo ganhou importantes impulsos no governo Lula, através de políticas fiscais, cuja finalidade é o desvio de recursos da seguridade social para a manutenção da lucratividade dos mercados financeiros. Neste sentido, o presente trabalho a partir deste marco histórico, propõe-se a analisar o marco das políticas de transferência de renda no processo de transformação do conceito de política social.

Palavras-chave: Financeirização; Políticas sociais; Políticas de transferência de renda; monetarização dos direitos sociais.

Abstract: The Brazilian insertion in the international platform of financial valorization took place from the 1990s through the processes of commercial and financial liberalization and international opening in a deregulated way. This process has gained important impetus in the Lula government through fiscal policies whose purpose is to divert resources from social security to maintain the profitability of financial markets. In this sense, the present work, based on this historical framework, proposes to analyze the framework of income-transfer policies in the process of transformation of the concept of social policy.

Keywords: Financial capitalism, social politics, Income-transfer policies.

Introdução

A intensificação dos fluxos financeiros, a internacionalização econômica a nível global, seus diversos impactos sobre o financiamento das políticas sociais e a crise estrutural pela qual o capital vem enfrentando em longos anos tem sido recorrente tema em diversos estudos e trabalhos⁴. Contudo, importa salientarmos o debate sobre o caráter político-ideológico destas transformações em âmbito brasileiro. Para tanto, faz-se necessário nos indagarmos o que de fato representou o processo de financeirização e

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense. E-mail: <brunascortes@gmail.com>.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense. E-mail: <carolinajoannes@yahoo.com.br>.

³ Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense. E-mail: <florentino.giselle@gmail.com>.

⁴ Podemos citar como alguns dos estudos pertencentes ao campo crítico que analisam tais temáticas os trabalhos de David Harvey (2013), François Chesnais (1996); (2005), Duménil e Lévy (2014), Mészáros (2013), Iamamoto (2010), Paulani (2008) e Camara e Salama (2008).

mundialização do capital no Brasil, explicitando suas particularidades.

Parte-se do pressuposto de uma ação dependente e associada da burguesia brasileira para a inserção do país na plataforma internacional de valorização do capital nos anos 1990. Pois, ainda que sua incorporação tenha se dado sob os marcos estruturantes da condição de dependência, não podemos perder de vista os laços históricos de nossa burguesia com o capital estrangeiro. Cria-se no plano interno as condições ótimas para que haja a “sobreapropriação repartida do excedente econômico” e a renovação sistemática dos meios de reincorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das economias hegemônicas (FERNANDES, 1973, p. 59).

A constituição das bases que permitem tal inserção antecede os anos 1990, apesar de nesta década ganhar concretude. Seus movimentos constitutivos remetem às mudanças ocorridas na década de 1960 e 1970 quando apresentava-se como exigência a recuperação das altas taxas de lucratividade, logo, a alteração do padrão de reprodução do capital. Tal requisição capitalista advém da brusca queda nos patamares registrados durante a “era de ouro” – esta última marcada pela hegemonia das políticas econômicas de cunho keynesiano.

Os anos 1970 e as décadas que o sucedem trazem como marca a tentativa do capital de retomar sua acumulação por meio de políticas neoliberais de desenvolvimento, visto que não mais era bem visto um padrão de regulações extranacionais e de forte intervenção estatal. Circunscrito por um grande período de liquidez mundial (CHESNAIS, 1996), necessitava-se de novas medidas institucionais, políticas e jurídicas que retirassem as barreiras para a mobilidade internacional do capital e seu jogo especulativo. Para isso era preciso um enorme processo de liberalização e desregulamentação das economias, abertura de novos espaços de valorização capitalista, os quais resultaram em massivas privatizações e expropriações de direitos, além de um longo – e drástico – processo de reestruturação das bases produtivas (HARVEY, 2013).

Vale destacar que um dos importantes entraves ao novo regime de acumulação que se gestava residia no acordo de Bretton Woods, o qual estabelecia o padrão ouro-dólar. No entanto, após as duas crises do petróleo (1973 e 1979), a crise do Welfare State nos países centrais e a enorme fuga de capitais para praças financeiras, que contribuíram para o aumento da inflação, o banco central norte-americano sob direção de Paul Vocker decide em 1979 elevar as taxas de juros, rompendo assim, com o sistema Bretton Woods e criando importantes espaços para a financeirização.

No entanto, o que significou a adoção de tais medidas? Quais eram suas intencionalidades? No que tange aos países latino-americanos, e em especial ao Brasil, qual seu papel nesse processo? Longe de esgotar tal debate, devemos destacar que o rompimento unilateral norte-americano significou para os países latino-americanos a chamada crise da dívida externa, o reforço dos traços dependentes na divisão internacional do trabalho devido aos ajustes fiscais e uma profunda contrarrevolução neoliberal⁵.

1. A inserção do Brasil na plataforma internacional de valorização financeira

A incorporação brasileira na nova dinâmica capitalista de cunho altamente financeirizado gesta-se ainda nos anos 1980 durante a ditadura empresarial-militar, cujo período remonta a inserção do Brasil na finança mundializada via dívida pública e investimento externo direto (CAMARA; SALAMA, 2008, p. 207), o delineamento das bases para a reestruturação do Estado e a adesão das orientações neoliberais.

O solo fértil para a contrarrevolução neoliberal desenhado nesta época refletia a necessidade dos imperativos do capital para a inserção brasileira na plataforma internacional de valorização financeira. Colocava-se como requisição um novo padrão de sociabilidade e desenvolvimento econômico que correspondesse a nova fase de acumulação capitalista. Entretanto, para que de fato ocorresse a transformação do Brasil na plataforma de valorização financeira internacional era necessário que as elites locais junto ao capital estrangeiro produzissem internamente as condições favoráveis e eliminasse os entraves que se opunham a tal processo.

Paulani (2008) aponta quatro elementos que obstaculizavam o exercício do Brasil neste papel. O primeiro encontrava-se nas altas taxas inflacionárias e no controle fortemente centralizado e regulado da política cambial, o que impedia a liberalização necessária ao capital como forma de resguardo em momentos de turbulência. Já o segundo, oriundo do primeiro, localizava-se no difícil controle dos gastos estatais.

Como terceiro elemento, havíamos recém conquistado direitos sociais (ainda que mínimos se considerarmos as pautas de lutas daquele momento histórico) na Constituição

⁵ Lima (2007) ao analisar o capitalismo dependente brasileiro e a adesão das pautas neoliberais pela burguesia brasileira, demonstra a partir de Florestan Fernandes e seus estudos sobre a *contrarrevolução preventiva e permanente*, o significado político e ideológico da contrarrevolução neoliberal no país desde os anos 1980 até o primeiro governo Lula.

Federal de 1988, os quais eram vistos como empecilhos na priorização e garantia da rentabilidade das aplicações financeiras. Segundo a autora, “a legislação então vigente punha à frente dos direitos dos credores financeiros os direitos dos empregados e os direitos do Estado” (PAULANI, 2008, p. 131).

O último elemento reside numa esfera assegurada na Carta Magna de 1988, a previdência social. Esta tem-se configurado como um grande entrave para que o Brasil adentrasse de prontidão à mundialização financeira, visto que o seu sistema de repartição simples marcado pela solidariedade intergeracional colide com as requisições do capital para que haja a redução do orçamento público com gastos sociais, abrindo assim meios para a privatização.

Iniciando desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até o primeiro mandato de Lula (2003-2004) todos estes entraves para a inserção do Brasil na plataforma de valorização internacional financeira foram promovidos em três fases da contrarrevolução neoliberal brasileira. A difusão do discurso pró-neoliberalismo e a propagação de uma obsolescência do Estado e de seus gastos sociais foi fortemente eficaz durante o governo Collor. Contudo, é no governo de Itamar Franco que as primeiras mudanças para a inserção do Brasil no circuito financeiro ganham força. Porém, ambos protagonizaram as mudanças necessárias para a adaptação do país ao Consenso de Washington, por meio da efetivação da liberalização comercial, desregulamentação financeira e da política de privatização⁶ (LIMA, 2007).

Uma das importantes medidas para conter a inflação, a qual impunha-se como um obstáculo para a mundialização financeira, foi o Plano Real, ainda no governo de Itamar Franco. Esta ação possibilitou a estabilização monetária e a abertura formal da economia para o mercado de capitais, além de ter relevantes desdobramentos no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PAULANI, 2008, p. 134).

A segunda metade da década de 1990 expressa a segunda contrarrevolução neoliberal e sua necessária reconfiguração dos direitos sociais e do trabalho como uma forma de adensar as alianças com o imperialismo e o capital internacional intensificando a exploração sobre o trabalho. Tal anseio durante o período de FHC foi respondido por

⁶ Alguns exemplos da adesão neoliberal deste período estão expressos no Projeto Brasil Novo, Projeto de Reconstrução Nacional, Plano Collor I e II, Programa Nacional de Desestatização, Plano Real e nas chamadas contas CC5 durante o governo de Itamar que abriam o mercado de capitais brasileiros. Ver Lima (2007), Behring (2008) e Paulani (2008).

meio de uma drástica reforma administrativo-gerencial do aparelho estatal, massivas privatizações de setores estratégicos da economia financiados pelo Estado, um aumento do endividamento público e aprofundamento do poder de decisão dos organismos multilaterais internacionais, vide Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, nas mudanças institucionais e políticas (BEHRING, 2008).

Importa ressaltar que durante o segundo mandato de FHC, precisamente em maio dos anos 2000, sancionou-se a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal/LRF). Seu conteúdo resulta na colocação “acima de quaisquer outros os interesses dos credores do Estado e do capital em geral” (PAULANI, 2008, p 135), além de inúmeros privilégios legais para a especulação financeira, atrofiando e desconfigurando assim as políticas sociais (LUPATINI, 2012).

A continuidade desses movimentos recebem novos contornos durante o primeiro mandato de Lula. Apesar de FHC iniciar a reforma previdenciária será no governo do Partido dos Trabalhadores que será aprofundada. Primeiro estendendo aos servidores públicos as mesmas condições que o governo anterior prescreveu para os trabalhadores do setor privado com a retirada de direitos. Depois, em 2005, sanciona a Lei de Falências na qual aumenta-se os direitos dos credores sobre o Estado, ampliando assim a medida já tomada por FHC na LRF. Na prática, tal lei significa que “o novo dispositivo legal dá maior prioridade às dívidas financeiras garantidas por bens móveis ou imóveis, colocando-as à frente das dívidas tributária e dívidas trabalhistas” (PAULANI, 2008, p. 135).

No entanto, a terceira fase da contrarrevolução neoliberal brasileira, devido as correlações de forças e o incisivo apassivamento da classe trabalhadora provocado nos governos do PT, resultou numa ofensiva ainda maior do que durante o período FHC. O exemplo disso está na agenda desempenhada ainda no primeiro mandato de Lula, onde tivemos as seguintes medidas que impulsionam o papel do Brasil como uma plataforma de valorização financeira na América Latina: a autonomia do Banco Central, o aumento e aprofundamento da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a intensificação da abertura financeira da economia nacional.

Tais medidas em sua essência sinalizam uma política monetária comprometida em priorizar o pagamento da dívida pública, gratificando com os altos juros os detentores dos títulos e credores do Estado; uma fração cada vez menor do orçamento público para a Seguridade Social, uma vez que cria-se sistematicamente mecanismos legais que

desviem seus recursos para a esfera financeira; e um esvaziamento do caráter de proteção social enquanto direito histórico. Assim se caracteriza a financeirização brasileira.

2. O papel da Transferência de Renda na composição dos rendimentos dos trabalhadores no Brasil

A década de 2000 foi marcada por um favorável cenário internacional, que impulsionou o aumento das exportações brasileiras e ampliação do investimento estrangeiro concomitante com a implementação de políticas econômicas que estimularam o consumo e investimento no mercado interno, refletindo em aumento de postos de trabalho, expansão a renda das famílias e diminuição das desigualdades sociais.

No Brasil, historicamente a forma como a renda é distribuída entre os agentes tem se revelado bastante desigual, apesar de uma tênue melhora na distribuição na primeira década de 2000. Devido ao aumento da atividade econômica brasileira sendo acompanhado pela geração de um maior volume de emprego no mercado de trabalho nacional, bem como, a política de valorização do salário mínimo garantiu um crescimento econômico⁷ com certo nível distribuição de renda.

Dada à importância relativa dos rendimentos do trabalho na composição da renda familiar, podemos inferir que a desigualdade da renda pessoal é devida, em grande parte, às desigualdades nos rendimentos obtidos no mercado de trabalho. Essa constatação provoca indagar de que modo o comportamento do mercado de trabalho contribui para explicar a heterogeneidade dos rendimentos capturados pelas POFs, como também analisar de que modo a estrutura produtiva impacta nos rendimentos do trabalho.

Ademais, conforme Ferreira (2012), se por um lado, o comportamento do mercado de trabalho é influenciado pela demanda da economia, por outro lado, as remunerações dos trabalhadores são determinadas por alguns fatores fundamentais, dentre eles, a importância relativa da ocupação e da estrutura produtiva a qual está ocupação está inserida no cenário econômico de um país; as oportunidades de emprego na economia; as

⁷ As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 2000 (metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito) e as mudanças verificadas no mundo do trabalho (geração de empregos, formalização e aumento da renda) foram, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de crescimento econômico no Brasil. A política de valorização do salário mínimo, por exemplo, ampliou o mercado consumidor interno, o que induziu as empresas a produzirem mais, a contratarem mais trabalhadores, elevando o nível do emprego e melhorando o ambiente econômico das negociações coletivas. Ao mesmo tempo, com a ampliação do mercado consumidor, geração de emprego e incremento da massa salarial, houve grande aumento da arrecadação tributária, que fortaleceu a política de valorização do salário mínimo. (DIEESE, 2012 p.16). Ver mais informações em: A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000 - DIEESE, 2012.

políticas econômicas voltadas para emprego e renda e o poder político dos trabalhadores.

Podemos observar como esta apropriação de rendimentos ocorre pelos agentes econômicos através da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A POF é uma pesquisa domiciliar por amostragem, que investiga informações sobre características de domicílios, famílias, moradores e principalmente seus respectivos orçamentos, isto é, suas despesas e recebimentos⁸.

De acordo com o IBGE, os rendimentos das famílias captados na POF são compostos por rendimentos monetários e não monetário. Os rendimentos monetários são provenientes da renda do trabalho, das transferências, dos rendimentos de aluguel e outros rendimentos. Por outro lado, para o IBGE, aquilo que é produzido, coletado ou recebido em produtos por meio de troca, doação, etc. correspondem à parcela não monetária da renda. No que concerne ao rendimento monetário, é expressiva a participação do rendimento do trabalho no total do rendimento monetário. Isso pode ser observado tanto na POF 2002-2003, quanto na POF 2008-2009.

A observação da POF 2002-2003 e POF 2008-2009 revelaram que os rendimentos das famílias são provenientes da renda do trabalho, de transferências como aposentadorias e pensões e aquelas decorrentes de programas sociais do governo, aluguéis, variação patrimonial⁹ e dentre outros rendimentos¹⁰.

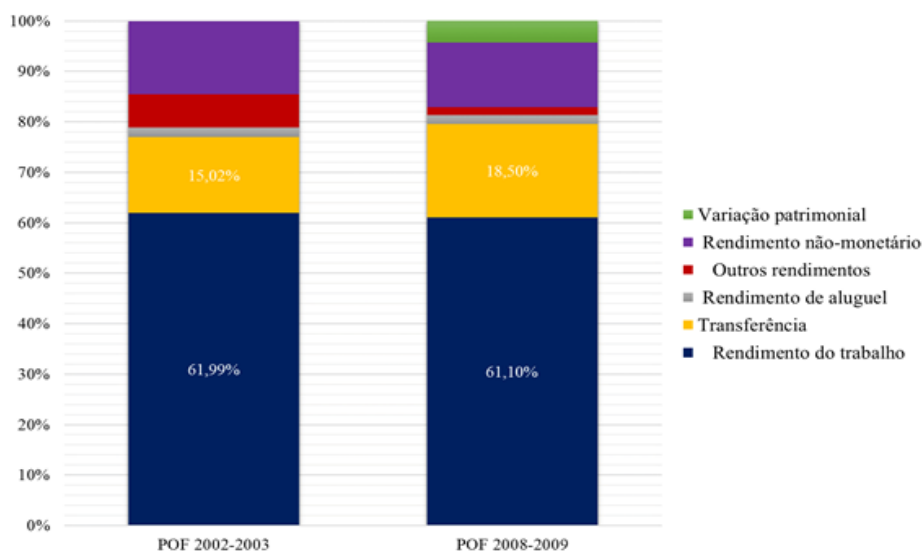
Gráfico 1 – Composição do rendimento total na POF 2002-2003 e POF 2008-2009 (%)

⁸ A POF busca mensurar, a partir de amostras representativas de uma determinada população, a estrutura de gastos (despesas), os recebimentos (receitas) e as poupanças desta população. Tais informações sobre as unidades familiares permitem estudar inúmeros e importantes aspectos da economia nacional e como a composição dos gastos familiares, disparidades regionais e entre áreas urbanas, e a dimensão do mercado para grupos de produtos e serviços. (IBGE, 1996; POF 2002-2003)

⁹ De acordo com o IBGE, outros rendimentos são compreendidos como vendas de imóveis, recebimentos de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento. Ver mais em IBGE POF 2002-2003.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf

¹⁰ Refere-se às rendas monetárias provenientes de vendas eventuais como, por exemplo: vendas de automóveis, consórcios e outros produtos; crédito-educativo, juros de empréstimos; e outros. Ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro atribuídos a ações, juros, correções.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, POF 2008-2009. Elaboração Própria.

Em grandes linhas, a participação da renda do trabalho é bastante expressiva na determinação da renda total, mesmo havendo uma retração de 0,9 p.p na comparação entre as duas pesquisas, ou seja, a maior parte da renda das famílias provém dos rendimentos do trabalho. Por sua vez, as transferências de rendas provenientes da Aposentadoria e pensão de previdência pública, privada e INSS, programas sociais federais, pensão alimentícia, mesada e doação, entre outras registraram um aumento de 23,17% na participação da renda total, que pode ser explicado, em partes, pela intensificação das políticas sociais implementadas na primeira década de 2000. O rendimento não monetário, de aluguel e outros rendimentos registram diminuição da participação, todavia, a variação patrimonial obteve um aumento significativo na POF 2008-2009.

Ademais, segundo o IPEA (2010), as transferências derivadas do Sistema de Seguridade do Brasil, em 1978, representavam 8,1% da renda das famílias, passando para 9,5% em 1988, aumentando para 15,6% em 1998 e em 2008, esse tipo de rendimento vindo do sistema de política social - que inclui aposentadorias e pensões, programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada registrou 19,3% dos rendimentos familiares. Sem os programas de transferência de renda, 40,5 milhões de pessoas viveriam com menos de um quarto de salário mínimo em 2008. Com essa política, cerca de 18,7 milhões de pessoas vivem nessas condições, uma diferença de 116%.

Portanto, podemos concluir que as transferências de renda são importante mecanismo para complementação do rendimento familiar, bem como, um instrumento de

alívio da pobreza e melhora na distribuição de rendimentos do trabalho nacional.

3 - Monetização dos direitos sociais

Para pensar nas políticas sociais é preciso relacioná-las com a política econômica vigente. A partir dos anos 1990, o capital introduz, dialeticamente, um modelo de monetização das políticas sociais. Esse processo permite a troca de serviços sociais básicos e de direito por dinheiro.

Na sua perspectiva de crescimento do capital financeiro, os países periféricos esbarram no distanciamento das relações de suas classes sociais, com desigualdades atenuadas, grande parte da população vivendo na pobreza e na extrema pobreza. Temos uma das regiões mais desiguais do mundo, com altos índices de concentração de renda, na qual vem surgindo políticas compensatórias, através de financiamentos propostos aos mais pobres (MOTA, 2012).

Essa prática ganha força na América Latina, disfarçada sob o discurso de combate a fome e ganha inúmeras proporções, tornando-se frente de campanhas eleitorais nestes países. Acentua-se o desmonte da Seguridade Social junto da privatização destas políticas. Observa-se também o aumento dos Programas de Transferência de Renda Continuada – PTRC, com focalização nos mais pobres.

Ao mesmo tempo em que oferta aos mais pobres à possibilidade de compra de elementos básicos para sua subsistência, possibilita a movimentação do capital. Alega atender as necessidades básicas, mas somente contribui para a sobrevivência básica desses indivíduos, sem configurar o caráter de direito social. O cidadão de direito nesta concepção de política social passa a ser o cidadão consumidor (Araujo e Torres, 2016). Essa saída permite que tanto aqueles trabalhadores quanto aquele em situação de pobreza extrema contribua para a movimentação do capital financeiro.

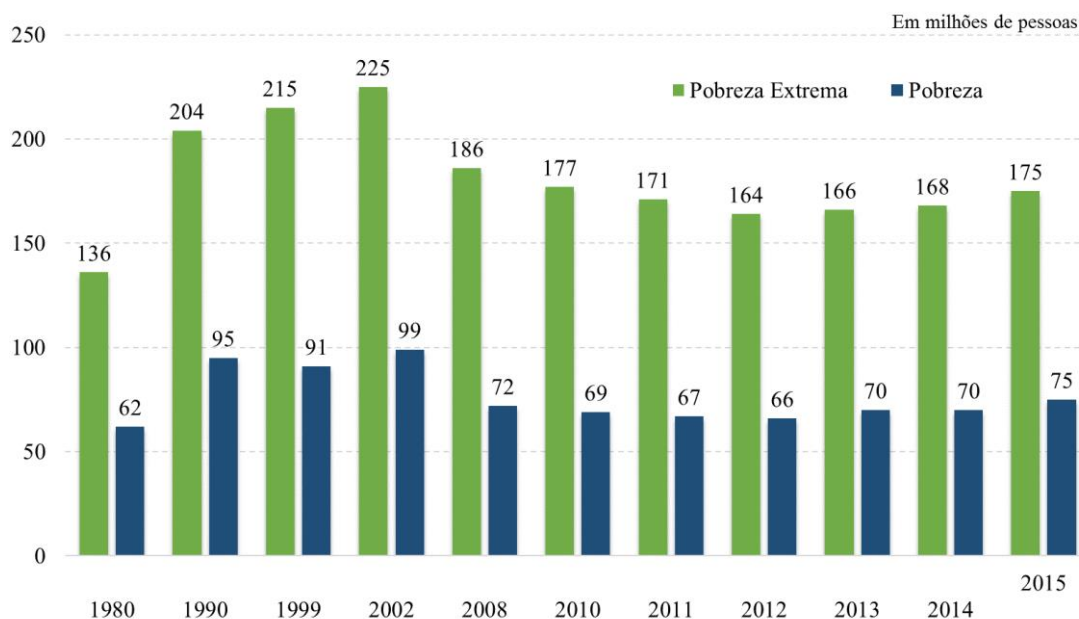
As políticas sociais, seja no campo da previdência, saúde ou na assistência social precisam se articular entre si. Mas o que se observa é a perda delas dentro do espaço público e sua transformação em algo monetizado, articulados principalmente por operadores bancários-financeiros (Granemann, 2007).

Desqualifica-se assim o conceito que se tem de política social, mesmo com acesso gratuito, pois são serviços prestados por ordem privada. A saúde pública tem em sua gestão as Organizações sociais – OS; Organização Não Governamental - ONG ou

entidades religiosas nas políticas de assistência; campanha para previdência privada, entre outros (Granemann, 2007).

Para os organismos internacionais, por exemplo, a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL coloca a monetarização como forma para tratar a pobreza, vendo como solução as transferências de renda. Ignora-se, propositalmente, a parte estrutural que gera a mesma (Silva, 2014).

Gráfico 2 – Evolução do Nível de Pobreza na América Latina*



Fonte: CepalStat

* Estimação baseada em 19 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, República Dominicana e Uruguai.

O número crescente de programas de transferência de renda no continente, no marco do final dos anos 1990 e com mais força a partir dos anos 2000, mostra um reforço às políticas de ingresso e de substituição ao trabalho. Alguns exemplos de programas de transferência de renda em países da América Latina: *Avancemos* (Costa Rica), *Programas Familia en Acción* (Colômbia), *Bolsa Família* (Brasil), *Chile Solidário* (Chile), *Red Juntos* (Peru), *Red de Oportunidades* (Panamá), *Prospera* (México), entre outros.

Esses tipos de programa garantem pelo menos um subconsumo, através do repasse de bolsas, financeirizando a vida social das camadas mais pauperizadas (SILVA, 2009). A pobreza é vinculada a renda, sendo esse o principal critério para participação no PTRC. Com esse entendimento divide-se a população entre “os extremamente pobres, pobres,

vulneráveis e excluídos” (Silva, 2014). A classificação dessa renda se dá pela família, ou seja, pelos indivíduos que compõem aquela casa.

Analisando a situação do Brasil e remetendo ao contexto do governo Lula, a situação financeira mundial estava ao seu favor em todas as esferas. No que tange as políticas sociais, configurou o abandono da ideia de universal e adoção das medidas neoliberais de acordo com as pautas dos organismos internacionais. Focalização nos mais pobres dentro do país, possibilitando além do consumo, uma forma de apoio eleitoral.

O principal programa de transferência de renda condicionada desse governo foi o “Bolsa Família”, que tinha como base o discurso de promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Esse programa não foi incorporado a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o que fragiliza ainda mais, pois acaba sendo uma “moeda de troca eleitoreira e de favores”, pensando também nos níveis de município e estado. Assumindo um caráter de “serviço individualizado” prestado, não chegando perto de uma política social universal. Gera uma dependência desse público para que permaneça a sucessão política que priorizará esses tipos de programa.

Outro ponto do governo Lula foi à criação do mecanismo conhecido como DRU – Desvinculação de Recursos da União, transferindo os recursos da Seguridade Social para o pagamento da dívida pública. Sendo um tipo de transferência financeira para o grande capital (Antunes e Gimenez, 2007). Esse panorama concretiza que os recursos desvinculados da Seguridade, precarizem cada vez mais as políticas sociais, tornando mais focalizadas e com alcance baixo, diante a realidade brasileira. Segundo SILVA (2007) esses programas “são paliativos construídos diante do agravamento da ‘questão social’ e operam com bastante eficácia as estratégias do capital para a manutenção e o crescimento da acumulação do capital financeiro”.

Considerações Finais

O processo de financeirização da economia revela o caráter de uma política monetária comprometida em priorizar o pagamento da dívida pública, recompensando com os altos juros os detentores dos títulos e credores do Estado; uma fração cada vez menor do orçamento público para a Seguridade Social, uma vez que cria-se sistematicamente mecanismos legais que desviem seus recursos para a esfera

financeira; e um esvaziamento do caráter de proteção social enquanto direito histórico, colocando de forma paliativa a transferência de renda como instrumento de alívio de pobreza.

O cenário encontrado é de precarização das políticas sociais, com o fortalecimento da parceria público e privado. O trato da pobreza fica condicionado à renda, desqualificando a inerência do mesmo ao sistema vigente. Os PTRC ficam condicionados às vontades de governos políticos, descaracterizando a luta por direitos sociais.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMARA, Mamadou; SALAMA, Pierre. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In: CHESNAIS, François (Org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CEPAL. Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. 404 p.

FERREIRA, L.S. **Distribuição de Salários na Economia Brasileira: um estudo a partir da matriz de contabilidade social para os anos de 2001, 2005 e 2008**. Tese (Doutorado)- IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. São Paulo: Contraponto, 2007.

GRANEMANN, Sara. **Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho**. Disponível em:
<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/159/184>>.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.
LIMA, Kátia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicados do IPEA**, n. 59, Brasília/DF, 2010. Previdência e Assistência Social: efeitos no rendimento familiar e suas dimensões no Estado.

LUPATINI, Márcio. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR; BEHRING; BOSCHETTI; GRANEMANN (Orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elisabete (Org.). **Desenvolvimento e construção hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Giselle Souza da. **Financeirização do capital e transferência de renda**.

Disponível em:

<<http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC432F.pdf>>.

_____. Dívida pública e política social no governo Lula: fundo público sob o jugo do capital portador de juros. **Revista SER Social**, Brasília, 2011.

_____. **Monetarização das políticas sociais**: a lógica do capital que porta juros. Artigo apresentado no XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Equador, 2009.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: _____ (Org.). **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Programa Bolsa Família**: Política de Ruptura ou Continuidade? Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.